



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200



LEI Nº 2292/2017

Dispõe sobre a criação do “Projeto Araras”, e autoriza o Poder Executivo Municipal e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi a prestarem apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais localizados na bacia do Ribeirão Araras e dá outras providências.

O Povo do Município de Piumhi, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o “**Projeto Araras**”, que visa a implantação de ações para a melhoria da qualidade e aumento da quantidade das águas, incentivando os proprietários rurais a reflorestarem e manterem as áreas de preservação permanente e nascentes existentes em suas propriedades na bacia do Ribeirão Araras neste Município de Piumhi-MG.

Art. 2º. Ficam o Executivo Municipal e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi autorizados a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais habilitados, selecionados e contratados pelo Projeto Araras, para execução de ações e cumprimento de metas estabelecidas pela Unidade Gestora do Projeto - UGP.

Parágrafo Único. O apoio financeiro previsto nesta Lei – PSA – Pagamento por Serviços Ambientais – aos proprietários rurais iniciará com a implantação de todas as ações propostas e contratadas pelo projeto e se estenderá por um período de no mínimo 05 (cinco) anos.

Art. 3º. As características das propriedades, as ações e as metas serão definidas mediante critérios técnicos e legais, com o objetivo de incentivar a adoção de práticas conservacionistas de solo e água, aumento da cobertura vegetal e implantação do saneamento ambiental,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

preservação e recuperação de áreas de preservação permanente e nascentes nas propriedades rurais do Município, conforme prevê a Lei Federal nº 12.651/2012.

Art. 4º. O Projeto Araras será implantado na bacia hidrográfica do Ribeirão Araras, seguindo critérios a serem definidos pela Unidade de Gestão do Projeto – UGP.

Art. 5º. Fica instituída a Unidade de Gestão do Projeto Araras – UGP, instrumento de planejamento, gestão e controle do PSA, composta por dois representantes, sendo um titular e um suplente, de cada órgão/entidade parceira.

§1º. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi exercerá a função de Secretaria Executiva do Projeto.

§2º. A Unidade de Gestão do Projeto – UGP deverá realizar reuniões deliberativas periódicas, convocadas com antecedência, bem como, instituir seu regimento interno, definindo a composição, levando em conta as possíveis entidades parceiras.

§3º. A Unidade de Gestão do Projeto – UGP deverá elaborar seu regimento interno no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente lei.

Art. 6º. A Unidade de Gestão do Projeto – UGP deverá analisar e deliberar sobre o Projeto Técnico Básico/Executivo, para implantação do projeto nas propriedades rurais com vistas a habilitá-las para a obtenção do apoio financeiro.

Parágrafo Único. O apoio financeiro de que trata esta Lei será definido pela Unidade de Gestão do Projeto e regulamentado mediante Decreto, seguindo os parâmetros orientados pela Agência Nacional das Águas - ANA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel 332 - Centro
CEP 37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

Art. 7º. O Município de Piumhi e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, para viabilizarem o desenvolvimento do Projeto a que se refere esta Lei, ficam autorizados a firmar parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, com a finalidade de obter apoio técnico e financeiro.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias a serem consignadas futuramente na lei orçamentária do Município e do SAAE, à ordem de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) anual, podendo versar sobre recurso próprio ou recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, ICMs Ecológico e parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, na forma da lei.

Parágrafo único: outros parceiros, integrantes da UGP, também poderão assumir de forma direta ou indireta, despesas, investimentos ou serviços relativos ao Projeto Araras.

Art. 9º. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias que antecederem ao início da execução do Projeto, conforme critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Águas – ANA e Unidade Gestora do Projeto - UGP.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Piumhi, 14 de junho de 2017.

Adeberto José de Melo

Prefeito

DECLARO, para os devidos fins de direito, que foi publicado este, no quadro de avisos do Município de Piumhi. Cumprido assim o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Artigo 72.

Data da publicação: _____

Data da disponibilização: _____

DECLARO, para os devidos fins de direito, que foi publicado este, no quadro de avisos da Câmara Municipal. Cumprido assim o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Artigo 72.

Data da publicação: _____

Data da disponibilização: _____

CÂMERA MUNICIPAL DE PIUMHI - 2017 - 11-41 000000159

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Revisado pela CLJR
Em cumprimento ao ART. 41 VII
do Regimento Interno

Piumhi, 20 / 06 / 2017

Presidente CLJR

DECLARO, para os devidos fins de direito, que foi publicado este, no quadro de avisos da Câmara Municipal. Cumprindo assim o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Artigo 72.

Data da disponibilização: 20 / 06 / 2017

Data da publicação: 21 / 06 / 2017

DECLARO, para os devidos fins de direito, que foi publicado este, no quadro de avisos do Município de Piumhi. Cumprindo assim o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Artigo 72.

Data da disponibilização: 20 / 06 / 2017

Data da publicação: